

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – SESA; Afonso Takao Murata – Universidade Federal do Paraná; Carlos Gomes Pessoa – SETI; Célio da Silva Correa – CORESAN Cornélio Procópio; Claudir Nowotny – SUDIS; Cristiele Massaroli – CORESAN Dois Vizinhos; Daniele Martin Sandri – IDR-EMATER; Daisy Mara – SANEPAR; Éder Cordeiro – CORESAN Umuarama; Flávia Anastácio – CORESAN Cascavel; Gizela Pereira Diomedes – ADAPAR; Ivori Fernandes – CORESAN Francisco Beltrão; Jaciara Reis – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira Seold Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Marcelo Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Maria Isabel Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Martinha Wilchak Verneke – CORESAN Laranjeiras do Sul; Rosângela Mara Slomski Oliveira – FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Selfa Barbosa Vilela – CORESAN Cianorte; Tammy Rafaelle Kochanny – CORESAN Curitiba; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Valéria Fernandes – SEDEST.

Outros Participantes:

Jean Petris – UFPR; Jefferson Meister – DEAGRO/SEAB; Marcelo Garrido Moreira – DERAL/SEAB; Rozane Osaki – CORESAN Paranaguá; Solange Soprani – CORESAN Cascavel; Cláudia Moreira – CORESAN Cornélio Procópio; Ana Carolina Pedroso – IDR-EMATER; David Brito – CORESAN Apucarana.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Programa Banco do Agricultor, resultados de 2021 e perspectivas para 2022 – Marcelo Garrido/DERAL/SEAB;
4. Programa Coopera Paraná, ações realizadas em 2021 e fluxo de atendimento de 2022 – Jefferson Meister/DEAGRO/SEAB;
5. Reunião Interconselhos;
6. Informes do DESAN/SEAB;

Memória: Dando início à reunião, a Presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradece a participação de todos e todas presentes e encaminha a aprovação da pauta, que conta com uma alteração proposta pela conselheira Maria Isabel, que sugeriu acrescentar a pauta sobre a reunião interconselhos que discutirá a questão da insegurança alimentar dos povos indígenas. Em seguida, a Presidente Roseli encaminha a aprovação da ata da plenária do mês de março de 2022.

Na sequência, os novos conselheiros e conselheiras do CONSEA se apresentam e relatam algumas de suas funções nos locais em que trabalham. Em seguida, Marcelo Garrido, servidor de carreira da SEAB e que recentemente assumiu o DERAL, é apresentado pelo Secretário Executivo Valdenir e dá início a pauta sobre o Programa Banco do Agricultor. O Sr. Marcelo relata que o Programa, iniciado em maio/junho de 2021, tem o objetivo de incentivar o investimento de agricultores e agricultoras com taxas de juros vantajosas, promovendo inovação tecnológica, sustentabilidade, geração de emprego e melhoria da competitividade do produto paranaense. Marcelo explica que o programa trata, basicamente, sobre equalizações em taxas de juros, e elenca, em seguida, os tipos diferentes de equalizações de faturamentos, que variam a depender da área do projeto. No caso das agroindústrias, para os projetos que envolvam implantação, expansão, modernização e adequações para atendimento de exigências sanitárias, os financiamentos para agricultores do PRONAF que estejam em municípios ou com IDH abaixo da média ou com faturamento de até R\$4.800.000,00/ano terão uma equalização de até 3 pontos percentuais; os financiamentos para os agricultores do PRONAF dos demais municípios ou dos municípios com faturamento superior a R\$4.800.000,00/ano e até R\$16.000.000,00/ano terão equalização de 2 pontos percentuais. Ele informa que o limite de financiamento equalizado para esses projetos é de R\$165.000,00 por CPF e de R\$330.000,00 por CNPJ. No caso das cadeias produtivas, em projetos que estejam relacionados à produção de seda, café, hortaliças, frutas, flores, leite, erva-mate e pinhão, haverá equalização no financiamento de até 3 pontos percentuais para agricultores e agricultoras do PRONAF que estejam em municípios com IDH abaixo da média e de 2 pontos percentuais para agricultores e agricultoras nos demais municípios; o limite de financiamento equalizado para esses projetos é de R\$165.000,00 por CPF. No caso de cooperativas da agricultura familiar, em projetos que estejam relacionados a elevação da produção, aprimoramento dos processos, agregação de valor ou introdução de inovações tecnológicas, haverá equalização no financiamento de até 3 pontos percentuais para cooperativas com faturamento de até R\$4.800.000,00/ano e de 2 pontos para cooperativas com faturamento superior a R\$4.800.000,00/ano e até R\$16.000.000,00/ano. O limite de financiamento equalizado para esses projetos é de R\$1.000.000,00 por CNPJ. Em seguida, Marcelo relata que, tendo em vista a crise hídrica que o Paraná enfrentou nos últimos anos, o principal foco do Banco do Agricultor é incentivar a adoção de energias renováveis para suprir o sistema produtivo do Estado do Paraná. Dessa forma, há um incentivo para que os produtores invistam em energias renováveis, como as placas fotovoltaicas e a biomassa. Sendo assim, nos casos de projetos de energia renovável, o financiamento para agricultores e agricultoras do PRONAF terá equalização de até 3 pontos e para os demais agricultores e agricultoras a equalização do financiamento é de 3 pontos. O limite de financiamento equalizado é de R\$500.000,00 por CPF para energia solar fotovoltaica e de R\$1.500.000,00 por CPF para biomassa. Em seguida, O Sr. Marcelo faz um adendo: há uma regra de transição que, a princípio, estará em vigor até 31 de dezembro de 2022 e que define a equalização de juros em 100%, se os recursos forem do crédito rural, e equalização de até 5 pontos para financiamentos com recursos livres dos bancos. Ele informa que a Fomento do Paraná será responsável pela equalização/redução de taxas de juros de financiamentos do BRDE, Banco do Brasil e de cooperativas de crédito. Encerrando esse assunto, ele informa que, nos casos de irrigação, em projetos voltados a produção de grãos, pastagens, forragens, mandioca, café, frutícolas, flores e olerícolas, haverá equalização de até 3 pontos percentuais nos financiamentos para agricultores e agricultoras do PRONAF, de 3 pontos percentuais para os demais agricultores da Região do Arenito Caiuá e de 2 pontos para os médios/grandes agricultores e agricultoras fora da região mencionada. O limite de financiamento equalizado é de R\$850.000,00 por CPF. Nesse caso, a regra de transição anteriormente citada também entra em vigor. Em seguida, Marcelo relata que no site do Banco do Agricultor há uma aba que reúne todas as

informações necessárias para os produtores e cooperativas, desde a legislação, até o manual do programa. Depois, ele explica o fluxo operacional do programa: de início, o produtor procura o IDR Paraná ou uma ATER privada com seu projeto; o servidor que fará o atendimento desse produtor realizará uma proposta; a proposta será elaborada junto com o projeto de crédito; o IDR-PR/ATER privada encaminhará o projeto ao banco; o banco avaliará o projeto e verificará toda a documentação; e, se o banco contratar a proposta, comunicará a Fomento Paraná; por fim, a Fomento Paraná pagará os valores de equalização de juros e enviará o relatório para a SEAB e ao IDR-PR/ATER Privada. Na sequência, Marcelo Garrido informa que desde o início do programa até o dia 12 de abril de 2022 o número de projetos aprovados é 1.157 e o valor financiado para esses projetos é R\$143,3 milhões. Desse montante, 70% foi destinado aos projetos de energias renováveis, 20% aos projetos de bovinocultura de leite e 10% para os demais projetos. Sobre equalização, do valor total do Fundo Econômico liberado, que é de R\$72,8 milhões, foram utilizados R\$31,7 milhões e, até o momento, o valor disponível é de R\$41,1 milhões. Por fim, ele informa que há ainda um grande valor disponível do Fundo Econômico, pois o recurso do Plano Safra para o ano de 2021 já foi esgotado, e isso faz com que os produtores optem por esperar até a próxima divulgação do Plano. Em seguida, a Presidente Roseli agradece e elogia a apresentação do Sr. Marcelo e abre espaço para dúvidas. A conselheira Marilze Brandão questiona se, além do Fundo Econômico, há algum fundo do Governo Federal utilizado pelo programa. Em resposta, Marcelo informa que o Plano Safra é o volume de dinheiro que o Governo Federal disponibiliza com juros mais atrativos para o desenvolvimento da agricultura no Brasil, assim, para os bancos, esse dinheiro acaba por ser mais atrativo, e é por isso que a equalização do Estado é com valores. Na sequência, Jefferson Meister reforça que o Banco do Agricultor não financia o agricultor, o programa presta suporte e é o Plano Safra que fornece o recurso. Ele comenta também que as cooperativas da agricultura familiar possuem muita dificuldade para bancar a parte fiduciária do crédito e as garantias reais exigidas pelo banco, tendo em vista que cerca de 80% dessas cooperativas não possuem patrimônio para garantir o crédito. Jefferson também levanta a questão sobre o fundo de aval, fundo que, embora esteja desativado no momento, poderá ser reativado no futuro. Sobre isso, o Sr. Marcelo explica que o fundo de aval funciona como um complemento de crédito para o pequeno agricultor e agricultora familiar e informa que estão discutindo esse fundo para readequá-lo de forma a evitar um alto índice de inadimplência, como aconteceu nos anos 2000 a 2010. Encerrando a discussão, a conselheira Maria Isabel faz um comentário sobre o Plano Safra e o Banco do Agricultor. Ela relata que o recurso desse Plano é pequeno, que as mulheres possuem mais dificuldades para adquirir o crédito e que o acesso do pequeno produtor e produtora é muito mais dificultoso. Em resposta, Marcelo relata que o recurso nunca foi, de fato, suficiente para atender a ampla maioria de agricultores e agricultoras, pois há entraves legais, visto que a legislação obriga que todos os programas que lidam com financiamento rural sigam o manual de crédito rural e as orientações do Ministério da Economia. Na sequência, a Presidente Roseli agradece ao Sr. Marcelo pela excelente apresentação e dá continuidade à pauta sobre o Cooperar Paraná. Jefferson Meister, que coordena o Programa, é brevemente apresentado e dá início a sua apresentação sobre o Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar. Ele apresenta alguns indicadores sobre a agropecuária do Estado, elaborados a partir de uma pesquisa feita com os agricultores familiares. De acordo com essa pesquisa, 75% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, os quais contam com 847 mil trabalhadores; sobre esses estabelecimentos, a pesquisa mostra que 52% possuem menos de 10 hectares, 35% estão vinculados a cooperativas e 65% não possuem vínculos com organizações formais; ademais, 74% desses estabelecimentos não acessaram financiamento rural, 55% não recebem assistência técnica, 50% não usam corretivos de solo e 31% não usam adubação. Com base nesses indicadores, Jefferson relata que a agricultura

familiar possui necessidade e exigência constantes de buscar estratégias produtivas, organizativas e comerciais eficientes para dar conta dos desafios. Jefferson também relata que os agricultores familiares respondem por 28% do valor bruto da produção agropecuária paranaense, que representam mais de 50% da produção de algumas cadeias produtivas e que possuem uma relação estreita com os segmentos industrial e de serviços, o que implica em uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio. Entretanto, pontua Jefferson, cerca de 140 mil estabelecimentos rurais possuem áreas inferiores a 10 hectares, o que torna inviável a sustentabilidade econômica com a exploração das *commodities* ou das outras cadeias que tenham baixo valor agregado. Outro fator é que cerca de 160 mil estabelecimentos possuem renda média mensal abaixo de 2 salários mínimos, o que dificulta investimentos na propriedade e impactam na qualidade de vida das famílias. Para Jefferson, isso demonstra os desafios que a agricultura familiar tem para implementar estratégias e efetivar mecanismos capazes de dar sustentação para a geração de emprego e renda, à agregação de valor às matérias-primas e à valorização dos produtos regionais. Sobre isso, ele explica que o Programa Coopera Paraná atua de forma a fortalecer os processos organizativos e a auxiliar na verticalização da produção para gerar sustentabilidade aos agricultores e agricultoras. No Paraná, um levantamento da SEAB, realizado em 2020, aponta para a existência de 171 cooperativas enquadradas como da agricultura familiar, as quais abrangem um público de 34 mil agricultores. Nesse contexto, Jefferson explica que o Paraná apresenta dois momentos de surgimento e de desenvolvimento de cooperativas agropecuárias. No primeiro momento, o surgimento das cooperativas oriundas da década de 70 e 80, que se constituíram em grandes cooperativas com foco nas *commodities*, que possuem um faturamento próximo de R\$100 bilhões/ano e que contam com 150 mil associados. No segundo momento, as cooperativas criadas no final da década de 90 e início dos anos 2000, que auxiliam os agricultores familiares na organização das suas produções, com foco nos produtos hortifrutigranjeiros, leite e agroindustrializados, que possuem faturamento próximo de R\$530 milhões/ano e que contam com 34 mil associados. Em seguida, Jefferson traz mapas que ilustram as regiões com maior concentração de agricultores familiares vinculados a cooperativas ou associações. Jefferson também traz um levantamento realizado pela SEAB dos faturamentos e da renda das cooperativas. Esse levantamento mostrou a necessidade de elevar a renda média dos agricultores familiares e das cooperativas em determinadas regiões, tendo em vista que há região em que os agricultores que estão nas cooperativas possuem um faturamento anual de apenas R\$5.000,00. Outro levantamento trazido por Jefferson diz respeito à assistência técnica. De acordo com o Censo Agro 2017, dos 100.350 agricultores familiares que recebem assistência técnica, 56 mil estão vinculados a algum processo organizativo; Esses dados, segundo ele, demonstram que a assistência técnica é um mecanismo de suma importância para o cooperativismo ou associativismo da agricultura familiar, pois a ATER auxilia o agricultor a se vincular aos processos organizativos. Conforme Jefferson, o quadro social das cooperativas paranaenses compõe-se, predominantemente, pela participação masculina, que representa 77% dos sócios, enquanto a participação das mulheres atinge apenas 23%. Ademais, apenas 7,7% do quadro social é composto por sócios com idade inferior a 29 anos. Em seguida, ele explica que o Programa Coopera Paraná, em virtude do contexto, dos indicadores apresentados e da necessidade de implementação da Lei Estadual nº 17.142/2012 que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, visa fortalecer as cooperativas da agricultura familiar do Paraná, com ações integradas entre setor público e privado, para melhorar a eficiência das organizações. Ele informa também que o Programa tem como área de atuação o Paraná e como público as cooperativas agropecuárias que tenham sede no Estado e que possuam DAP jurídica, cujo faturamento não exceda 20 milhões de reais, valor que poderá ser elevado para 30 milhões. Para desenvolver o Programa, de acordo com Jefferson, foi estabelecida uma estratégia de ação, que visa

promover serviços e atividades que estabeleçam condições básicas para o desenvolvimento e sustentabilidade das cooperativas. Essa estratégia foi dividida nestes 4 eixos: o eixo 1 visa ao acompanhamento técnico-gerencial às cooperativas, que, como demonstrado pelas pesquisas, é o principal fator para auxiliar as cooperativas; o eixo 2 visa à formação e à capacitação de técnicos, dirigentes e cooperados; o eixo 3 visa à comercialização e ao acesso aos mercados; e o eixo 4 visa às políticas e aos instrumentos de apoio financeiro, como o Banco do Agricultor e as chamadas públicas lançadas pela SEAB. Na sequência, ele apresenta os indicadores dos anos passados e os indicadores para o ano de 2022, dando ênfase aos números de cooperativas recebendo assistência técnica, que de 40 em 2019, passaram para 100 em 2022; de cooperados capacitados, que de 1.000 em 2019 passaram para 8.000 em 2022; de jovens e mulheres capacitados, que de 200 em 2019, passaram para 1.000 em 2022; e de técnicos capacitados, que de 20 em 2019, passaram para 100 em 2022. Sobre os impactos previstos para 2022, de acordo com ele, visa-se aumentar em 30% o número de agroindústrias regularizadas no Estado, em 20% o número de sócios, em 25% no faturamento das cooperativas e agroindústrias familiares e aumentar em 100 o número total de cooperativas. Ele relata também que o Programa se iniciou em 2019, na época da pandemia da covid-19, e que, por conta dos impactos gerados pela pandemia no Programa, ainda não foram estruturados os Comitês Regionais do Cooperativismo para discutir localmente as demandas. Depois, ele passa a relatar sobre os resultados de 2019-2021: R\$41,670 milhões em investimentos na estruturação física (64 cooperativas apoiadas e 50 associações); R\$43,649 milhões na aquisição de alimentos da agricultura familiar (Compra Paraná/DESAN); 1.000 dirigentes e lideranças capacitadas em temas de interesse do cooperativismo; 100 extensionistas do IDR capacitados(as) em cooperativismo (cursos de formação e eventos em EAD focados nessa questão) e 43 cooperativas recebendo ATER pelo IDR. Assim, a ideia para 2022 é, para o eixo 1, anteriormente citado, lançar uma chamada pública para contratação de ATER; para o eixo 2, é dar continuidade às atividades de formação e capacitação e promover o Encontro Estadual do Cooperativismo PR; para o eixo 3, é dar continuidade à contribuição com assistência técnica no acesso ao Compra Direta, promover eventos de rodada de negócios e implementar as estratégias de marketing para divulgar as cooperativas e produtos da agricultura familiar; e, para o eixo 4, é dar continuidade no repasse de recurso para os projetos aprovados no edital de 2021, há cerca de 40 projetos que serão apoiados com um recurso de R\$25 milhões. Finalizando a sua fala, Jefferson apresenta brevemente as diretrizes das políticas públicas e as recomendações de ações de fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar no Paraná pensadas para os anos de 2023-2026, que possuem quatro diretrizes bases: I) participação dos cooperados e da comunidade; II) desenvolvimento de capacidades; III) política cooperativista; IV) espaços de representação e decisão. Em seguida, a Presidente Roseli agradece e elogia a participação do Sr. Jefferson e também questiona qual é o número de agricultores e agricultoras familiares envolvidos nas associações de cooperativas mencionadas por ele. Em resposta, Jefferson relata que possuem o número de agricultores das cooperativas, mas que não há número das associações, pois, como diretriz, estão atuando na questão do cooperativismo. Ele demonstra, no entanto, que o número de agricultores associados nas 171 cooperativas, com base nas declarações de aptidão do PRONAF, é de 34 mil. Dito isso, Roseli comenta que, dos 305 mil estabelecimentos no Estado, 229 mil são da agricultura familiar, e desses, apenas 171 são cooperativas. Isso mostra, de acordo com ela, que ainda há muito trabalho a ser feito para envolver mais pessoas e desenvolver o cooperativismo nos municípios. Jefferson comenta que isso é, de fato, um desafio e informa que há em torno de 100 associações que possuem um processo de organização de produção dos agricultores e que acessam o mercado institucional; e que, no total, entre associações e cooperativas, há 550 organizações. Porém, muitas associações são comunitárias que não organizam produção, nem atuam em processos de comercialização dos agricultores. Aproveitando o assunto,

Jefferson comenta que é importante que nesse período eleitoral o CONSEA dê o respaldo para que os programas como o Compra Direta venham ao encontro do anseio dos agricultores familiares, para que eles se desenvolvam ainda mais, principalmente na questão de assistência técnica, evoluindo a capacitação e formação dos profissionais. Sobre o período eleitoral, o Secretário Executivo Valdenir e a Presidente Roseli defendem a importância da escolha de Deputados Estaduais e Federais que estejam ligados à pauta da agricultura familiar e segurança alimentar. Na sequência, dando início à pauta sobre a reunião interconselhos, Maria Isabel menciona que na reunião de março, ocorrida em Foz do Iguaçu, a questão da fome nos territórios indígenas foi abordada e agradece a Jaqueline, que desde o dia 8 de março tem feito entregas semanais de hortifrúti na casa de passagem provisória de Curitiba, e a Márcia, que direcionou um freezer para a casa provisória. Por fim, o Secretário Executivo relata que durante a reunião da diretoria foi debatida a importância de realizar uma reunião interconselhos para discutir a pauta da insegurança alimentar dos indígenas. Ele informa que essa reunião ocorrerá no dia 10 de maio às 09 horas e contará com 10 representações: Conselho dos Povos e Comunidades Tradicionais, Conselho dos Direitos Humanos, Conselho do Idoso, Conselho dos Direitos da Mulher, Conselho da Juventude, Conselho da Criança, Conselho Estadual da Assistência Social, CONSEA, Ministério Público e a Defensoria Pública. Em seguida, dando início à pauta dos informes do DESAN/SEAB, a chefe do DESAN Sra. Márcia aborda a questão do MAPASAN. Ela informa que o Paraná foi o Estado mais respondente na coleta de dados no último MAPASAN realizado, com respostas de 75% dos municípios. Dito isso, para o ano de 2022, ela comenta que espera um número maior de respostas, visto que o Paraná avançou muito na política do SISAN. O Secretário Executivo Valdenir, por sua vez, explica que o MAPASAN 2022, lançado pelo Ministério da Cidadania, é uma ferramenta de pesquisa de informações sobre segurança alimentar, políticas e programas executados pelos municípios e Estados. Ele relata que os municípios terão até o final de junho para responder as questões e que é papel das CORESAN's cobrarem das chefias de núcleo e dos técnicos de núcleo um acompanhamento no preenchimento das respostas. Além disso, ele informa que todos os 200 municípios do Paraná aderidos ao SISAN terão a obrigação de responder a pesquisa até o final de junho. Ademais, ele explica que para o município responder os questionários do MAPASAN, é preciso entrar no portal Censo Cidadania, utilizando ou o cadastro do CRAS/CREAS ou realizando um cadastro com informações básicas do município. Em seguida, a chefe do DESAN Sra. Márcia passa a relatar sobre as adesões ao SISAN no Estado e as discrepâncias entre as regionais nos processos de adesão. Na sequência, tendo em vista a pequena quantidade de adesões em sua região, a conselheira Maria Isabel relata sobre as dificuldades que tem enfrentado, muito em função do chefe de núcleo que não encontra espaço em sua agenda para realizar reuniões e que não a convida para visitas nos municípios. Por fim, ela solicita apoio do Ministério Público e pede para que o Secretário Executivo vá até a regional de Ponta Grossa para exercer uma pressão e dialogar com o prefeito e secretários. Sobre isso, a conselheira Márcia informa que encaminhará um ofício para a chefia de núcleo da regional de Ponta Grossa mostrando o percentual das adesões de outras regionais. Ademais, o Secretário Executivo relata que a Promotoria da Comarca de Maringá está acionando todos os municípios da regional, pois o promotor, que está ativamente envolvido nessa pauta, deu início à discussão e notificação dos municípios. Partindo para outro assunto, conselheira Márcia relembra que o antigo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desde o ano passado, chama-se Programa Alimenta Brasil (PAB). Dito isso, ela informa que o programa conta com uma nova portaria, que há 22 novos municípios inscritos e que o valor liberado para esses municípios será de R\$3.155.000,00. Na sequência, ela relata que o valor total para o novo edital do Compra Direta será R\$35.000.000,00, pois ela e o conselheiro Ivori apresentaram uma demanda ao Senhor Secretário Norberto Ortigara para que aumentassem o recurso do programa. Dessa forma, o Sr. Secretário

Ortigara obteve com a SEFA R\$5.000.000,00 a mais, metade do valor solicitado, inicialmente, na demanda. Entretanto, ela informa que o aumento nos recursos totais do programa não representará mudança significativa na quantidade dos alimentos, porque os alimentos aumentaram com a inflação. Em seguida, ela relata que estão trabalhando com um grupo que trata sobre os alimentos orgânicos e que se reúne uma vez a cada 15 dias. Nesse grupo, participam IDR, TECPAR, SESA, CEDRAF, SEED, FUNDEPAR e a SEAB. Ela relata também que o que preocupa é a questão do recurso para certificações, para aumentar a quantidade de municípios sendo analisados e para que o IDR tenha a possibilidade de realizar mais assistências técnicas. Dessa forma, dia 17 de maio pautarão o plano de trabalho para ouvir os principais atores para saber como agir perante essa situação e para terem uma base de quanto precisam avançar em termos de certificação. Ademais, ela relata que estão montando uma estratégia para identificar as escolas que estão recebendo alimentos orgânicos, para começarem a ter um trabalho de educação alimentar, visando uma valorização desses alimentos. Em seguida, a conselheira Marilze reforça que a discussão sobre a segurança alimentar dentro das escolas é muito importante e que isso vai de encontro ao fortalecimento dos CONSEAs. Nesse sentido, ela comenta que é necessário utilizar os meios midiáticos, de levar o tema da agroecologia para a população tomar ciência e se sensibilizar pela pauta. Por fim, o Secretário Executivo informa que o manifesto da Câmara de Direitos Humanos sobre o processo de terceirização foi enviado para a Casa Civil e que está tramitando entre a SEED e a FUNDEPAR. Na sequência, dando por finalizada a 2ª reunião ordinária do ano, a Presidente Roseli agradece a participação de todas e todos, elogia mais uma vez as apresentações e relembra que a próxima reunião a ser realizada em Apucarana será presencial.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB